

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Professora 
Bebel
DEPUTADA ESTADUAL
Nossa voz mais forte



FEVEREIRO/2025



Fotos: Gloria Flügel, Jordana Mercado, Rogério Cavalheiro, Roberto Parizotti

APRESENTAÇÃO

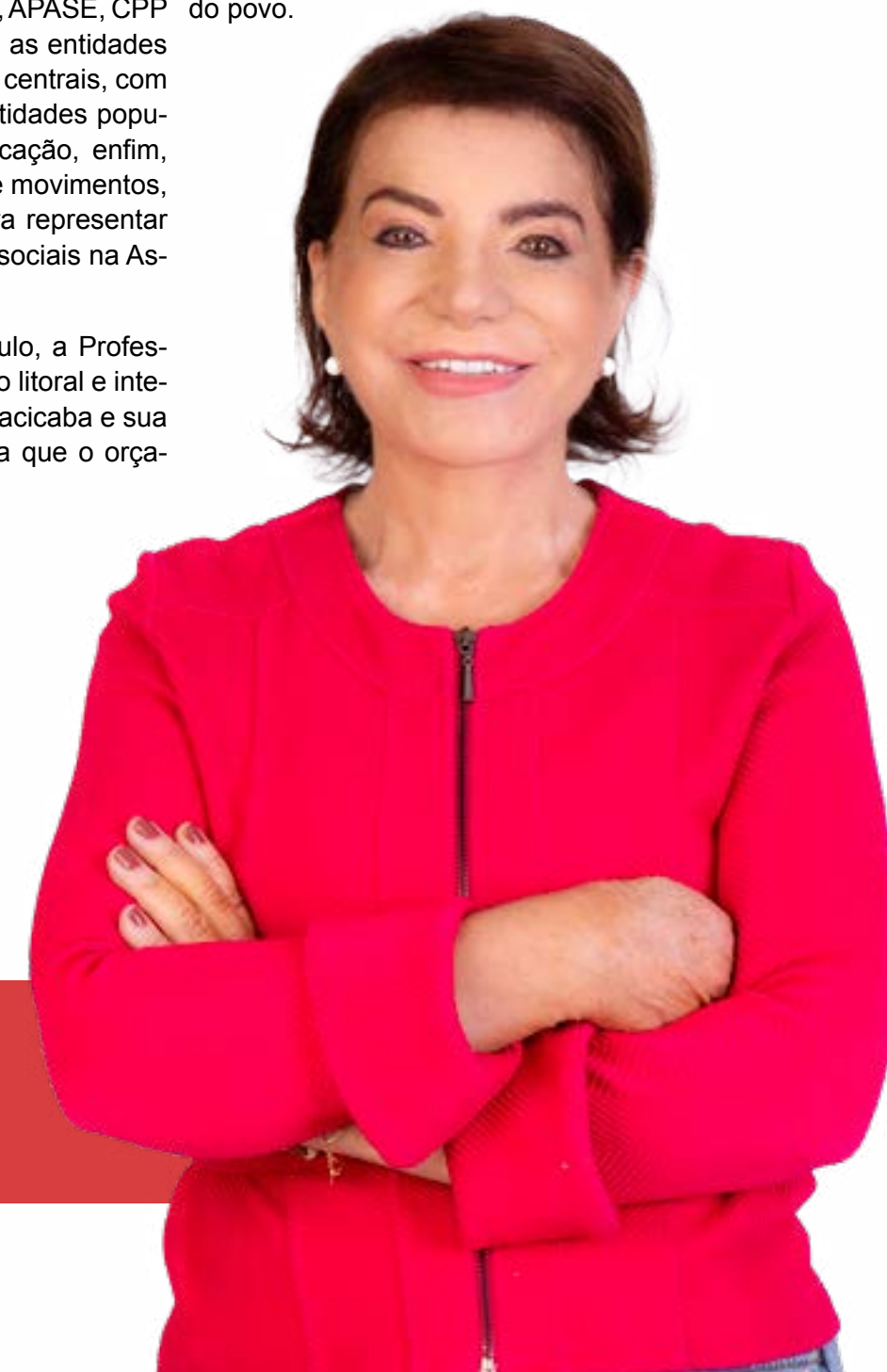
Em março de 2025 nosso mandato popular completa 6 anos de trabalho. Desde a primeira eleição, com 89.690 votos, em 2018, passando pela reeleição, em 2022, com 155.970 votos, a Professora Bebel tem mantido e reafirmado seu compromisso com os direitos e interesses da classe trabalhadora, com os servidores públicos, com os profissionais da educação, com os estudantes, as mulheres, os negros, as pessoas LGBTQIA+, a juventude e demais segmentos oprimidos da população.

Nesta caminhada, nosso mandato se mantém conectado com a APEOESP, a CNTE, AFUSE, APASE, CPP e demais entidades da educação, com as entidades estudantis, com a CUT, a CTB e outras centrais, com o MST, com a CMB e tantas outras entidades populares, com o Fórum Estadual de Educação, enfim, com uma extensa gama de entidades e movimentos, pois nosso mandato foi concebido para representar e trabalhar juntos com os movimentos sociais na Assembleia Legislativa e fora dela.

Além da Capital e da Grande São Paulo, a Professora Bebel tem um olhar também para o litoral e interior do estado, particularmente para Piracicaba e sua região metropolitana, porque considera que o orça-

mento estadual precisa promover o desenvolvimento regional. Por isso, dentro de suas possibilidades, destina emendas orçamentárias para entes públicos e organizações da sociedade civil, como as Santas Casas e hospitais filantrópicos, além da educação e outras áreas sociais.

A publicação que você tem em mãos, sem pretender esgotar informações, pretende oferecer ao leitor um apanhado recente das iniciativas e do trabalho do nosso mandato popular, pois consideramos que prestar contas é uma obrigação do(a) representante do povo.



COMPROMISSO RENOVADO COM A ESCOLA PÚBLICA, OS ESTUDANTES E OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

A luta por educação e serviços públicos de qualidade é a marca indelével do mandato popular da Professora Bebel. Antes de tudo, Bebel é professora. Nessa condição, e também como mulher, mãe, segunda presidenta da APEOESP, cidadã brasileira, ela sabe da importância fundamental da Educação para transformar vidas, o estado e a nação.



Aula magna das professoras Marilena Chauí e Elvira Souza Lima na Sessão Solene do Dia dos Professores | 14/10/2024



Audiência pública contra a retirada de São Paulo do Plano Nacional do Livro Didático | 14/8/2023



Professora Bebel participa do XXVII Congresso da APEOESP, realizado em Piracicaba



Audiência pública pela expansão dos Institutos Federais no estado de São Paulo | Junho de 2023



Nosso mandato popular está unido aos professores e estudantes pela revogação da reforma do ensino médio



Mobilização na Praça da República em 16 de agosto de 2023 obrigou o governo a desistir de retirar São Paulo do PNLD



MOBILIZAÇÃO PERMANENTE DENTRO E FORA DA ALESP



A Professora Bebel atua intensamente dentro e fora da ALESP. Organiza e lidera as mobilizações populares para dialogar e pressionar deputados e deputados a rejeitarem projetos que prejudicam a Educação e seus profissionais e aprovar projetos que produzem avanços.

Como segunda presidenta da APEOESP, é uma das principais lideranças que formula propostas e está presente nas lutas e mobilizações do sindicato. Percorre o estado, visitando escolas e participando de atividades organizadas pelas subseções da APEOESP, demais entidades, movimentos, instituições e organizações da sociedade civil para debater temas educacionais.



Com o presidente Lula, juntos em defesa dos direitos do povo



União entre professores, servidores públicos, servidores do setor privado, estudantes e movimentos sociais no encerramento da I Plenária Intercongressual da APEOESP





CONTINUAMOS NA LUTA CONTRA O CONFISCO DE VERBAS

Professores, estudantes e movimentos
mobilizados contra o confisco de verbas

A maioria governista na ALESP aprovou a PEC 9/2023, que confisca mais de R\$ 10 bilhões de verbas da educação. A Professora Bebel liderou a resistência dos profissionais da educação, estudantes e movimentos sociais durante um ano e continuará a denunciar esse crime contra os direitos educacionais das crianças e da juventude. Com todo o apoio do nosso mandato popular, a APEOESP já ingressou com ação judicial para garantir os 30% do orçamento para a educação.



Durante um ano a Professora Bebel e outros deputados conseguiram bloquear o confisco de verbas na CCJ



Em 2023, nosso mandato popular já realizava a defesa das verbas da educação



Seminário discute o financiamento da Educação em junho de 2024



Defendesa dos estudantes no dia da votação



Audiência pública do STF em Brasília

A LUTA CONTRA AS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES NÃO ACABOU

Não aceitamos a imposição das escolas cívico-militares. Elas são inconstitucionais. A Professora liderou a luta contra esse projeto na ALESP e continua atuando para que não sejam implementadas. A lei aprovada será julgada no Supremo Tribunal Federal e também há ação da APEOESP no Tribunal de Justiça de São Paulo.



FUNDEB PERMANENTE É UMA LUTA NOSSA!

Já em 2019, nosso mandato organizou o Fórum Estadual pelo FUNDEB Permanente, realizamos uma audiência pública com entidades, movimentos e deputados de diversos estados e fomos vitoriosos nessa luta. Conseguimos, em 2023, que o FUNDEB ficasse de fora do arcabouço fiscal e continuamos na luta para que nenhum ajuste signifique corte ou limitações nas verbas do FUNDEB.



Assembleia da categoria O na Praça da República



Audiência pública pela contratação justa de professores | Junho de 2023

NA LUTA POR CONTRATAÇÃO JUSTA DE PROFESSORES

Bebel não se intimida com dificuldades. Com persistência e habilidade para dialogar, conseguiu por duas vezes, na condição de deputada estadual, articular a aprovação de leis que prorrogaram contratos de professores temporários (categoria O) na rede estadual de ensino, preservando milhares de empregos. Lamentavelmente o atual governo vem se recusando a prorrogar os contratos que vencem ano após ano.



BEBEL GARANTIU APDS EM LOCAL DE LIVRE ESCOLHA

Foi com habilidade política que a Professora Bebel atuou junto à Secretaria da Educação, Liderança do Governo na ALESP e o presidente da Casa para garantir que as Atividades Pedagógicas Diversificadas (APDs) sejam cumpridas em local de livre escolha do(a) professor(a) e não em local determinado pelo Secretário da Educação, como estava no texto original do projeto que originou a Lei Complementar 1369/2024.

NA LUTA CONTRA O DESMONTE DA CARREIRA

Nosso mandato popular está junto com as professoras e os professores contra o desmonte da carreira do magistério decorrente da Lei Complementar 1374/2022, que instituiu pagamento por subsídio e retirou direito a quinquênio, sexta-parte, além de impactar diretamente na redução das aposentadorias dos docentes.



BEBEL DEFENDE TODOS OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Também estamos com os funcionários das escolas e os professores quando lutam por concursos públicos, pela chamada de todos os concursados, por valorização salarial e profissional e com os estudantes pela garantia de ensino de qualidade e todos os seus direitos.



SEMPRE EM DEFESA DA VIDA

Em todos os momentos, estamos ao lado dos professores, dos funcionários e demais profissionais da Educação para garantir condições de trabalho nas escolas, carreira justa e atraente e, sobretudo, a vida de todos(as), como durante a pandemia, quando lutamos junto com a APEOESP e outras entidades pela não reabertura das unidades escolares para aulas presenciais enquanto não houvesse a vacinação em massa. A APEOESP, sob a presidência da Professora Bebel, foi o primeiro sindicato a conquistar a vacinação dos



Audiência Pública Alimentação Escolar Adequada | 2019

ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL PARA TODOS

Nosso mandato se destaca pelo intenso apoio às lutas do Movimento dos Sem Terra (MST) e da agricultura familiar.

Lutamos pela reforma agrária e contra os privilégios ilegais que o Estado concede a grileiros e latifundiários, porque sabemos que o pequeno agricultor coloca alimento na mesa da população.

Lutamos também para que o alimento saudável seja a base da alimentação escolar. A ALESP aprovou projeto da deputada Professora Bebel que cria o Programa Estadual de Alimentação Escolar, mas este foi vetado pelo então governador João Doria. Estamos na luta pela derrubada do veto, assim como para que os profissionais da Educação tenham direito à alimentação escolar.



PELA DEVOLUÇÃO DOS VALORES DESCONTADOS DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS

A atuação da Professora Bebel, juntamente com a mobilização dos professores e demais servidores públicos, foi fundamental para acabar com o confisco salarial de aposentados e pensionistas imposto pelo ex-governador João Doria na reforma da previdência estadual.

Com habilidade política, nossa deputada articulou um projeto de lei que contou com o acordo do governo, das lideranças partidárias e do presidente da ALESP, sendo aprovado por unanimidade por todos os deputados no final de 2022. Hoje lutamos para que o dinheiro confiscado seja devolvido, tanto por meio do projeto de lei 136/2023, de autoria da Professora Bebel, como por ação judicial da APEOESP.



CONTRA A PEC 66/2023

Também estamos em luta contra o Projeto de Emenda à Constituição 66/2023, que tramita na Câmara dos Deputados, tendo passado pelo Senado, que estende a reforma da previdência federal a Estados, Municípios e Distrito Federal, podendo aumentar alíquotas e reinstaurar o confisco.

Professora Bebel articulou na ALESP fim do confisco de aposentados e pensionistas.

CONTRA AS PRIVATIZAÇÕES E DESMONTE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Como servidora, a Professora Bebel sabe como os serviços públicos impactam a vida da população mais pobre. Por isso, resistir aos planos privatistas dos governos neoliberais que se sucedem no estado de São Paulo é central para todos que defendem serviços públicos de qualidade.

Desde o início de seu primeiro mandato, a Professora Bebel luta contra extinções e privatizações de órgãos e empresas públicas que devem servir à população.

Sua presença na luta contra os leilões de escolas estaduais promovidos pelo governador Tarcísio de Freitas e o secretário Renato Feder na bolsa de valores em outubro-novembro - enfrentando a prepotência de policiais militares encarregados de reprimir com violência as manifestações de protesto no local - é parte da luta do nosso mandato popular contra o desmonte dos serviços públicos e as privatizações, uma das faces mais características do neoliberalismo.



ESTAMOS SEMPRE AO LADO DOS SEGMENTOS OPRIMIDOS

Nosso mandato popular é aquele que abre as portas da Assembleia Legislativa para os profissionais da educação, para os servidores públicos, para os movimentos sociais e para os segmentos oprimidos da sociedade.

A Professora Bebel tem como princípio ouvir as pessoas para lutar junto com elas pelas suas necessidades e reivindicações e tomar as necessárias iniciativas legislativas. Por isso promove audiências públicas e convoca a população a estar presente na ALESP para lutarmos juntos.

Lutamos por moradia, direitos das mulheres, da juventude, população LGBTQIA+, pelas populações negra, indígena, quilombola, pelos direitos dos animais e todos os demais segmentos.



Audiência Pública em defesa da Educação Inclusiva | 07/05/2024



Parada LGBTQIA+ 2024 de Piracicaba



IV Encontro Nacional das Procuradoras da Mulher, a Câmara dos Deputados, em Brasília | 22/08/2023



X Encontro do Coletivo Antirracismo APEOESP

SERVIÇOS PÚBLICOS SÃO ESSENCIAIS À POPULAÇÃO

Como servidora, a Professora Bebel sabe como os serviços públicos impactam a vida da população mais pobre. Eles são fundamentais para equalizar desigualdades numa sociedade marcada pela concentração de renda e privilégios de uma pequena parcela da sociedade.

Somente por meio dos serviços públicos a população pode ter acesso à Educação, Saúde, transportes, moradia, Cultura e todos os demais benefícios que o Estado deve garantir a todos.

Assim, nosso mandato popular protocolizou diversos projetos que beneficiam os serviços e os servidores públicos.

Destaco, entre tantos, o Plano Estadual para os Servidores Públicos do Estado – PESP e a Mesa de Negociação Permanente, projeto aprovado pela ALESP e vetado por Tarcísio de Freitas. Estamos em Luta pela derrubada do veto.



Lançamento da Frente em defesa dos serviços públicos e lançamento do Plano Estadual dos Servidores Públicos em 2023



Professora Bebel na luta por moradia



Ato em defesa do IAMSPE, no Hospital do Servidor Público Estadual | 25/04/2024

CULTURA É PRIORIDADE

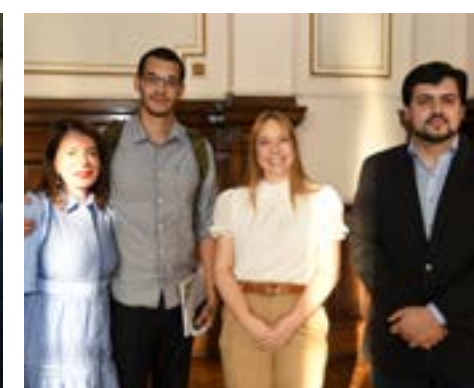
A defesa da produção e acesso de todos aos bens culturais é também prioridade do mandato popular da Professora Bebel.

Durante e após a pandemia, juntamente com produtores culturais, Bebel tomou iniciativas para que os recursos das leis Aldir Blanc e Paulo Gustavo, bem como os recursos próprios da Secretaria Estadual de Cultura, Economia e Indústria Criativas sejam destinados a quem realmente atua na área.

Em 10 de agosto de 2024 nossa deputada recebeu na ALESP a ministra da Cultura, Margareth Menezes, em concorrida audiência pública. Também é de sua autoria a maior emenda parlamentar para a cidade de Tatuí, destinando R\$ 4 milhões ao Conservatório Artístico e Musical.



Audiência pública com a ministra da Cultura, Margarete Menezes



Reunião na Secretaria da Cultura impediu fechamento da moradia estudantil em Tatuí | 23 de dezembro de 2023



Conservatório Artístico e Musical de Tatuí





OBRIGADA, PIRACICABA!

Agradecemos, mais uma vez, à população piracicabana pelos 12.979 votos depositados na candidatura da Professora Bebela a prefeita de Piracicaba na eleição municipal de 2024, lutando contra o forte poder econômico de outras candidaturas.

Concorreram no pleito nove candidatos, o maior número da história da cidade, sendo sete deles representantes da direita ou da extrema direita. A Professora Bebela foi a única mulher a concorrer ao pleito.

“Foi um enorme prazer e grande aprendizado visitar os bairros, vilas e comunidades de nossa cidade, sempre foi muito bem recebida. Pude conhecer mais a fundo as necessidades e reivindicações da população e, assim, poderei lutar mais e melhor, como cidadã e como deputada pelo seu atendimento”, disse Bebela.

Nossa deputada continua na luta pela reativação do Campus Taquaral da Unimep, como universidade federal, assim como pelo desenvolvimento sustentável do município, com a preservação do meio ambiente e serviços públicos de qualidade para toda a população, sobretudo aos pelo menos 92 mil piracicabanos que vivem na pobreza.

Obrigada, Piracicaba! Os piracicabanos e as piracicabanos podem sempre contar com o nosso mandato popular.



PIRACICABA É MUNICÍPIO DE INTERESSE TURÍSTICO. LEI DA BEBEL.

Aprovado no dia 8 de agosto de 2023, o projeto de lei 39/2021, de autoria da Professora Bebela, deu origem à Lei 17.740/2023, que classificou Piracicaba como Município de Interesse Turístico. Entre outros benefícios, Piracicaba poderá receber recursos do Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos (DADETUR).

Além dessa lei, a Professora Bebela também protocolizou, entre outros, o projeto de lei 619/2024, que estabelece critérios para a proteção e defesa do patrimônio histórico, cultural, artístico e paisagístico de Piracicaba.



“Temos que ganhar a mente e o coração do Presidente Lula para trazer uma universidade federal para Piracicaba.”

Com essas palavras encerrei a audiência pública em defesa da federalização do Campus Taquaral da Unimep | 29/09/2023



Nossa deputada homenageou o querido XV de Piracicaba



Professora Bebela na entrega de quatro ambulâncias que reivindicou para Piracicaba, com a presença da ministra da Saúde, Nísia Trindade



TRABALHO RECONHECIDO

O trabalho da deputada Professora Bebel é reconhecido na sociedade. Entre diversas manifestações deste reconhecimento, destacamos alguns momentos.



Professora Bebel recebe da Câmara Municipal de Piracicaba o título de "Piracicabana Praeclarus", em 2 de junho de 2024



Homenagem à Professora Bebel como "Promotora de Desenvolvimento" - ALESP, em 30 de abril de 2024



Deputada Professora Bebel recebe o Ato de Congratulações pela sua contribuição ao estreitamento das relações entre Brasil e Coreia do Sul, durante seminário internacional, em 19 de dezembro de 2024.



Recebendo o Título de Cidadã Tatuiana Câmara Municipal de Tatui

PROPOSITURAS DA DEPUTADA ESTADUAL PROFESSORA BEBEL



PROPOSITURA	EMENTA	ETAPA ATUAL
<u>Projeto de lei 831/2024</u>	Torna obrigatório serem ouvidos pais, responsáveis e estudantes antes do fechamento, aglutinação de classes ou encerramento de períodos em escolas públicas.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei Complementar 51/2024</u>	Confere estabilidade ao professor da categoria O que integra a CIPA.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 619/2024</u>	Estabelece critérios para a proteção e defesa do patrimônio histórico, cultural, artístico e paisagístico de Piracicaba.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 535/2024</u>	Institui o "Dia Estadual do Cavaleiro".	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei Complementar 36/2024</u>	Autoriza o Governo do Estado a prorrogar a vigência dos contratos dos docentes categoria O que vencem em 2024.	Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de decreto legislativo 29/2024</u>	Susta os efeitos artigo 8º da Resolução SEDUC nº 45, de 14 de junho de 2024, que dispõe sobre as regras de inscrição e classificação para o processo anual de atribuição de classes e aulas ao docentes da rede estadual de ensino.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de decreto legislativo 27/2024</u>	Susta os efeitos do Decreto nº 68.597, de 10 de junho de 2024, que autoriza privatização de escolas estaduais.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei Complementar 22/2024</u>	Cria a Agência Reguladora de Serviços Públicos de Saúde do Estado de São Paulo - ARSESP.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 270/2024</u>	Institui marco regulatório para o uso de ferramentas digitais de inteligência artificial nas escolas públicas do Estado.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de decreto legislativo 15/2024</u>	Susta os efeitos do Decreto nº 68415, de 4 de abril de 2024, que desobriga o Estado de garantir auxiliar para os estudantes com deficiência nas salas de aula.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de resolução 5/2024</u>	Altera o Regimento Interno da ALESP para que proposições mais recentes sejam anexadas à mais antiga sobre o mesmo tema.	Último andamento 08/03/2024 - Distribuído: MESA.
<u>Projeto de lei Complementar 4/2024</u>	Modifica o artigo 75 da Lei Complementar nº 1374/2022, para retirar a sustentação legal que permitiu ao governo Tarcísio de Freitas publica a Resolução 4/2024 para perseguir, transferir ou exonerar diretores e supervisores de ensino que não cumpram metas impostas ou não se comportem de acordo com o projeto político do atual governo.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação

PROPOSITURA	EMENTA	ETAPA ATUAL
<u>Projeto de lei 63/2024</u>	Denomina "Escola Estadual Valquíria Bonalume Martins" a Escola Estadual Andrei Sakharov, em Carapicuíba.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 57/2024</u>	Torna prioritário o combate ao avanço da dengue.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 22/2024</u>	Declara de utilidade pública o Instituto Saber Viver, com sede em São Lourenço da Serra.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei Complementar 3/2024</u>	Altera a Lei Complementar nº 1093/2009, para garantir que os professores temporários possam ter seus contratos encerrados apenas no último dia do ano, para que tenham seu salário integral do mês de dezembro e demais direitos, assim como indenização pela rescisão antecipada do contrato de trabalho desses professores.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de resolução 1/2024</u>	Cria a Comissão Permanente de Cultura na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, tornando a Comissão de Educação e Cultura em Comissão de Educação.	Último andamento 16/02/2024 - Distribuído: MESA.
<u>Projeto de lei Complementar 149/2023</u>	Autoriza o Poder Executivo a prorrogar por mais um ano a vigência dos contratos dos servidores docentes da Secretaria da Educação, firmados nos termos da Lei Complementar nº 1093, de 16 de julho de 2009.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 1587/2023</u>	Altera dispositivo da Lei nº 13.798, de 09 de novembro de 2009, que institui a Política Estadual de Mudanças Climáticas - PEMC, para ampliar medidas preventivas e punições aos que provocam danos ao meio ambiente.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 1491/2023</u>	Visa garantir a participação de servidores públicos estaduais em manifestações, paralisações ou greve.	Comissão de Administração Pública e Relações do Trabalho
<u>Projeto de resolução 50/2023</u>	Institui o "Prêmio de Incentivo à Educação, à Ciência, à Tecnologia e à Inovação para o ensino técnico e tecnológico no Estado de São Paulo".	Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento
<u>Projeto de lei Complementar 136/2023</u>	Acrescenta Disposição Transitória com artigo único à Lei Complementar nº 1.354/2020 para promover a devolução dos valores confiscados de aposentados e pensionistas.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 1453/2023</u>	Denomina "Maternidade Maria Eduarda Toller de Mello" a maternidade do Hospital Regional de Bebedouro.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 1416/2023</u>	Define em 30% do orçamento o percentual mínimo de gastos com educação pelo Estado.	Comissão de Educação e Cultura

PROPOSITURA	EMENTA	ETAPA ATUAL
<u>Projeto de lei Complementar 128/2023</u>	Altera a Lei Complementar nº 104/2008 para garantir aos servidores o direito de comparecer a consultas médicas e tratamentos de saúde.	Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento
<u>Projeto de lei Complementar 127/2023</u>	Institui normas para a contratação justa de professores temporários na rede estadual de ensino, com garantia de direitos.	Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento
<u>Projeto de lei Complementar 126/2023</u>	Cria o Conselho de Administração no IAMSPE e faculta o atendimento médico aos professores temporários.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei Complementar 125/2023</u>	Altera a Lei Complementar 1.354/2020, para flexibilizar as exigências para pagamento de aposentadorias aos servidores faleçam em decorrência de Covid ou acidente de trabalho e pensões a seus dependentes.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei Complementar 124/2023</u>	Estabelece a alíquota única de 11% para a contribuição previdenciária dos servidores públicos estaduais.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei Complementar 123/2023</u>	Acrescenta Disposição Transitória com artigo único na Lei Complementar nº 1.354/2020, para possibilitar a devolução dos valores confiscados de aposentados e pensionistas.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei Complementar 122/2023</u>	Altera o §1º do artigo 6º da Lei Complementar nº 1.354/2020, para corrigir as garantias de aposentadoria especial para os designados aos cargos previstos na LC 1.374/2022 e, ao mesmo tempo, garantir que quem ocupa os cargos efetivos de gestão e supervisão, também possa se aposentar pelas regras de aposentadoria especial para os docentes.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei Complementar 121/2023</u>	Autoriza o Poder Executivo a admitir professores temporários por processo seletivo simplificado, a fim de que o Estado cumpra a estratégia 18:20 do Plano Estadual de Educação.	Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento
<u>Projeto de lei Complementar 120/2023</u>	Altera a Lei Complementar nº 1.354/2020, para que os valores confiscados de aposentados e pensionistas sejam integralmente restituídos, em qualquer caso em que se constate a inaplicabilidade do fundamento legal do desconto, inclusive pela sua revogação.	Comissão de Administração Pública e Relações do Trabalho
<u>Projeto de lei 1213/2023</u>	Institui Conselhos de Gestão, com participação dos servidores públicos, com função consultiva e deliberativa e com participação de servidores indicados por suas associações de classe, em todos os órgãos da administração em que exista contribuição financeira dos servidores públicos.	Comissão de Administração Pública e Relações do Trabalho

PROPOSITURA	EMENTA	ETAPA ATUAL
<u>Projeto de lei 1149/2023</u>	Institui Mesa Permanente de Negociação Coletiva, composta por membros indicados pelo Governo do Estado e pelos sindicatos e entidades de classe dos servidores públicos.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 1148/2023</u>	Institui Programa de Formação Permanente dos servidores públicos.	Comissão de Administração Pública e Relações do Trabalho
<u>Projeto de lei 1129/2023</u>	Institui o "Dia Estadual da Educação Profissional e Tecnológica".	Comissão de Educação e Cultura
<u>Projeto de lei 1095/2023</u>	Torna obrigatória a inclusão da língua brasileira de sinais (LIBRAS) na programação das emissoras de televisão, especialmente nos telejornais locais, nas propagandas e programas institucionais dos governos estadual e municipais, sendo os intérpretes, necessariamente, pessoas deficientes auditivos - surdos.	Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento
<u>Projeto de lei 1094/2023</u>	Acrescenta dispositivo à Lei nº 10.261/1968, para instituir licença para servidoras cujo(a) filho(a) tenha nascido por meio do mecanismo de gestação emprestada.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 1090/2023</u>	Assegura o pagamento de auxílio financeiro à mulher que for vitimada por atos de violência doméstica.	Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento
<u>Projeto de lei 1089/2023</u>	Institui o Custo Aluno Qualidade Paulista - CAQ-P.	Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento
<u>Projeto de lei 1088/2023</u>	Estabelece piso salarial estadual a ser aplicado aos profissionais da saúde e dispõe sobre jornada de trabalho para esses mesmos profissionais.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 1087/2023</u>	Institui o Programa Estadual de Renda Mínima.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 1086/2023</u>	Estabelece direitos aos professores da rede pública e oficial de ensino do Estado.	Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento
<u>Projeto de lei 1085/2023</u>	Acrescenta artigo à Lei nº 12.640/2007, instituindo Piso Estadual Salarial para o servidor público estadual em jornada de trabalho de 40 horas semanais.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 1083/2023</u>	Denomina "Escola Estadual Doutora Carolina Maria de Jesus" a Escola Estadual Bem Viver, em Pindamonhangaba.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 1082/2023</u>	Torna obrigatória a existência de espaço destinado a uso exclusivo dos professores em toda a rede pública e oficial de ensino.	Tramitou nas 3 Comissões

PROPOSITURA	EMENTA	ETAPA ATUAL
Projeto de lei 1081/2023	Estabelece procedimento indenizatório para os servidores públicos do Estado em virtude de receberem seus vencimentos por trinta dias de trabalho mesmo nos meses em que há trinta e um dias.	Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento
Projeto de lei 1080/2023	Estabelece parâmetro mínimo de repasse financeiro do Estado para as APAE e demais organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, quando da assinatura de convênio com essas instituições para o recebimento, por elas, de alunos cuja deficiência não permita sua inclusão nas salas de aula do ensino regular.	Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento
Projeto de lei 1079/2023	Denomina "Zuleika Corte" o dispositivo de retorno localizado no km 162,170 da Rodovia Constante Peruchi - SP 316, em Cordeirópolis.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
Projeto de lei 1078/2023	Cria procedimento próprio para concessão de anistia a servidores públicos que tenham sofrido penas demissórias.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
Projeto de lei 1077/2023	Altera a Lei nº 11.199/2002, que proíbe a discriminação aos portadores do vírus HIV ou às pessoas com AIDS.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
Projeto de lei 1076/2023	Institui o Programa de Fornecimento de Absorventes Higiênicos nas escolas públicas que ofertam anos finais de ensino fundamental e ensino médio	Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento
Projeto de lei 1075/2023	Estabelece que os benefícios pagos pelo Regime Próprio do Servidor Público do Estado são direitos sociais.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
Projeto de lei 1074/2023	Determina que a Secretaria de Educação do Estado promova busca ativa dos alunos que estejam tendentes a abandonar as escolas no meio do ano letivo ou para o preenchimento de vagas na rede estadual de ensino.	Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento
Projeto de lei 1073/2023	Institui Programa Interdisciplinar de Mediação Escolar nas escolas da rede estadual de ensino.	Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento
Projeto de lei 1071/2023	Cria o Termo de Referência Estadual de Utilidade Pública de Imóveis - TREUPI para fins de implantação de equipamentos e serviços públicos de interesse do governo do Estado.	Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento
Projeto de lei 1070/2023	Considera contribuintes facultativos do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual do Estado de São Paulo - IAMSPE, desde que contribuam mensalmente para o Instituto, professores da categoria O e demais servidores admitidos nos termos da Lei Complementar 1093/2009.	Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento

PROPOSITURA	EMENTA	ETAPA ATUAL
Projeto de lei 1069/2023	Assegura o direito à liberdade de expressão e de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber a todos os professores, estudantes e servidores da Educação da rede pública do Estado.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
Projeto de lei 1068/2023	Regulamenta o trabalho docente na oferta de atividades não presenciais e utilização de plataformas digitais no sistema estadual de ensino.	Comissão de Administração Pública e Relações do Trabalho
Projeto de lei 1067/2023	Autoriza o Poder Executivo a instituir programa habitacional no Estado.	Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento
Projeto de lei 1066/2023	Fixa diretriz estadual para normatização da relação de trabalho entre os educadores da educação infantil ocupantes de cargos ou empregos públicos de qualquer denominação e o Estado e seus municípios.	Comissão de Administração Pública e Relações do Trabalho
Projeto de lei 1065/2023	Assegura direitos aos trabalhadores que realizam entregas intermediadas por aplicativos no Estado.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
Projeto de lei 1064/2023	Disciplina sobre as ausências dos funcionários da Educação aos seus locais de trabalho em virtude de manifestações, paralisações ou greve.	Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento
Projeto de lei 1062/2023	Disciplina sobre as consignações em folha de pagamento de servidores públicos civis e militares, ativos e inativos, reformados e de pensionistas, da administração direta e autárquica.	Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento
Projeto de lei 1061/2023	Institui o Plano Estadual de Proteção e Defesa Civil no Estado.	Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento
Projeto de lei 1060/2023	Estabelece que a servidora pública da administração direta e indireta do Estado fará jus a licenciamento remunerado de 6 meses, se houver sido vítima de atos de violência doméstica.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
Projeto de lei 1059/2023	Institui o Comitê Estadual de Acompanhamento, Controle Social e Fiscalização dos recursos recebidos pelo Estado em decorrência da Lei 14.017, de 29 de junho de 2020, que dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6/2020.	Último andamento 20/08/2024 - Concedida vista ao Deputado Carlos Giannazi
Projeto de lei 1058/2023	Institui o "Destaques do Axé", incluindo-o no Calendário Oficial de Eventos do Estado.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação

PROPOSITURA	EMENTA	ETAPA ATUAL
Projeto de lei 1057/2023	Veda a redução dos vencimentos dos servidores públicos estaduais dos três poderes do Estado, independentemente da existência ou não de decreto de calamidade pública.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
Projeto de lei 1056/2023	Acrescenta parágrafo 4º ao artigo 6º da Lei nº 10.948/2001, para que os valores obtidos com as multas aplicadas por discriminação sexual sejam aplicados em políticas públicas destinadas ao combate da discriminação em razão de orientação sexual.	Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais
Projeto de lei 1055/2023	Obriga todos os prédios públicos do Estado a serem equipados com coletores solares e demais componentes que possibilitem a captação e o uso de energia solar em quantidade suficiente para suprir o uso de energia elétrica atualmente utilizada.	Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento
Projeto de lei 1053/2023	Fixa prazo para a implementação da reforma do ensino médio de que trata a Lei Federal nº 13.415/2017, nas escolas que integram o Sistema de Ensino do Estado.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
Projeto de lei 1051/2023	Autoriza a redução da jornada de trabalho dos servidores públicos estaduais que sejam pais ou responsáveis por crianças portadoras de Transtornos do Espectro Autista (TEA).	Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento
Projeto de lei 1050/2023	Regulamenta, no Estado, o inciso II do parágrafo único do artigo 158 da Constituição Federal.	Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento
Projeto de lei 1040/2023	Autoriza o Poder Executivo a instalar totens ou dispositivos assemelhados em todos os pontos de ônibus de transporte público urbano ou intermunicipal, que funcionem como instrumento de companhia às mulheres que utilizam esse meio de transporte, durante o período noturno.	Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento
Projeto de lei 995/2023	Acrescenta Disposição Transitória à Lei Complementar nº 1.354/2020, que dispõe sobre as aposentadorias e pensões do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos ocupantes de cargo de provimento efetivo, nos termos do artigo 126 da Constituição do Estado de São Paulo.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
Projeto de lei 962/2023	Aprova o Plano Estadual dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo - PESP.	Comissão de Administração Pública e Relações do Trabalho
Projeto de lei 961/2023	Define as Diretrizes Curriculares Estaduais para o Ensino Médio, a serem adotadas nas escolas públicas e privadas que operem no Estado.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação

PROPOSITURA	EMENTA	ETAPA ATUAL
Projeto de lei 893/2023	Institui a distribuição obrigatória da Lei nº 8.069/1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, aos pais ou responsáveis pelo registro de nascimento ou da adoção definitiva, pelo Estado.	Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais,
Projeto de lei 816/2023	Institui o Fundo Especial para Manutenção e Custeio das Empresas Públicas.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
Projeto de lei 743/2023	Autoriza o retorno à condição de contribuinte obrigatório ou facultativo do IAMSPE àquele que, tendo perdido sua condição de contribuinte, retorne voluntariamente a essa condição a qualquer tempo, estabelecendo carência mínima para tanto.	Comissão de Administração Pública e Relações do Trabalho
Projeto de lei 613/2023	Aprova o Plano Estadual para os Servidores Públicos do Estado de São Paulo - PESP.	Comissão de Administração Pública e Relações do Trabalho
Projeto de lei 488/2023	Institui a CIPA, Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio, no interior das escolas públicas da rede estadual.	Comissão de Educação e Cultura
Projeto de lei 457/2023	Institui o Programa de Combate à Violência nas Escolas Públicas do Estado.	Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento
Projeto de lei 455/2023	Obriga que todo recurso público proveniente de transferências obrigatórias e voluntárias da União seja destinado ao pagamento dos vencimentos ou subsídios dos ocupantes de cargos públicos destinados à docência da rede pública e oficial do Estado, de modo que esses servidores recebam seu salário base, no mínimo, em valor igual àquele fixado para o piso salarial pela Lei Federal nº 11.738/2008.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação,
Projeto de lei 234/2023	Institui pensão especial, paga pelo Tesouro do Estado, aos filhos e dependentes menores de idade, órfãos, em razão de crime de feminicídio.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
Projeto de lei 575/2022	Institui meia-entrada em estabelecimentos de lazer e entretenimento para os servidores que especifica.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
Projeto de lei 485/2022	Institui o Programa de Incentivo à Economia Solidária, voltado para mulheres.	Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento
Projeto de lei 67/2022	Obriga hospitais públicos e privados que mantenham Unidades de Tratamento Intensivo (UTI) a disponibilizar meios para que parentes próximos possam acompanhar o paciente internado de forma presencial.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação

PROPOSITURA	EMENTA	ETAPA ATUAL
<u>Projeto de lei 822/2021</u>	Altera o caput do artigo 1º da Lei nº 10.858/2001, que institui a meia-entrada para professores da rede pública estadual de ensino em estabelecimentos que proporcionem lazer e entretenimento.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 803/2021</u>	Dispõe sobre a destinação das penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de atos de preconceito racial.	Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais,
<u>Projeto de lei 747/2021</u>	Estabelece que parte da alimentação destinada aos alunos da rede pública de ensino do Estado seja disponibilizada aos professores e funcionários dessas unidades escolares.	Comissão de Educação e Cultura
<u>Projeto de decreto legislativo 64/2021</u>	Susta os efeitos da Portaria Normativa nº 367/21, da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente - CASA, que regula procedimentos relacionados à fixação da sede de prestação de serviço para os servidores.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 568/2021</u>	Institui políticas públicas em favor da população idosa.	Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais
<u>Projeto de lei 444/2021</u>	Cria a Parceria Pública Cidadã - PPCid, autorizando o Poder Executivo a implantar programas de parcerias na geração de trabalho e renda.	Comissão de Atividades Econômicas
<u>Projeto de resolução 14/2021</u>	Institui o Serviço de Combate à Violência Contra o Preconceito em Virtude da Orientação Sexual e Identidade de Gênero das Pessoas - SOS-LGBT, no âmbito da Assembleia Legislativa.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei Complementar 19/2021</u>	Cria o Conselho de Administração no IAMSPE e faculta o atendimento médico aos admitidos nos termos da Lei Complementar nº 1.093, de 16 de julho de 2009.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 361/2021</u>	Autoriza o Poder Executivo a prorrogar por mais 3 (três) anos a vigência dos contratos dos docentes da categoria O, que vencerem ao longo dos anos de 2021 e 2022.	Comissão de Administração Pública e Relações do Trabalho
<u>Projeto de lei 76/2021</u>	Institui o "Dia Estadual do Direito à Moradia".	Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais

PROPOSITURA	EMENTA	ETAPA ATUAL
<u>Projeto de lei 75/2021</u>	Institui o "Dia Estadual de Luta Pela Vida".	Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais
<u>Projeto de lei Complementar 33/2020</u>	Altera a Lei Complementar nº 1.164/2012, que institui o Regime de Dedicação Plena e Integral - RDPI e a Gratificação de Dedicação Plena e Integral - GDPI aos integrantes do quadro do Magistério em exercício nas escolas estaduais de ensino médio de período integral.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 348/2020</u>	Institui o Projeto de Estímulo à Leitura para os estudantes das escolas públicas do Estado.	Pronto para a ordem do dia
<u>Projeto de lei 402/2020</u>	Autoriza o Poder Executivo a estabelecer linha de crédito para que os professores da rede pública adquiram computadores, aparelhos de telefonia móvel e tablets, a fim de que possam desempenhar, com equipamentos adequados, funções docentes enquanto for necessária a prestação de atividade remota, durante o estado de calamidade pública relacionado à infecção causada pelo novo coronavírus.	Pronto para a ordem do dia
<u>Projeto de lei 286/2020</u>	Institui o Programa Rede Segura, de combate à violência doméstica no Estado.	Comissão de Defesa e dos Direitos das Mulheres
<u>Projeto de lei 219/2020</u>	Autoriza o Poder Executivo a criar programa de crédito especial desburocratizado para assentamentos e pequenos agricultores do Estado.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 974/2019</u>	Autoriza o Poder Executivo a formalizar convênio com os municípios paulistas de modo a possibilitar apoio às Casas Abrigo mantidas por eles, estimulando ainda a sua criação, onde não houver.	Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento
<u>Projeto de lei 891/2019</u>	Institui o Programa Estadual de Alimentação Escolar no âmbito das unidades de educação básica da rede pública estadual de ensino.	Veto do Governador constando na ordem do dia
<u>Projeto de lei 743/2019</u>	Torna gratuita a averbação da alteração do prenome e da classificação de gênero no registro civil da pessoa transgênero (travestis, mulheres transexuais, homens trans e intersexo).	Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais.

COM LULA, O BRASIL CRESCE COM DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E JUSTIÇA SOCIAL



Foto: Ricardo Stuckert / PR

Em seu terceiro mandato na Presidência da República, o presidente Lula retoma os projetos sociais e a política de crescimento econômico com distribuição de renda e combate à fome e à desigualdade que marcaram suas duas gestões e o governo da presidenta Dilma Rousseff entre 2003 e 2016.

Após quatro anos do governo destrutivo do ex-presidente Jair Bolsonaro, o presidente Lula herdou um país em grave situação econômica e social, com inflação alta, queda do poder aquisitivo da população, situação de descrédito no cenário internacional. Dois anos depois, em que pesem as dificuldades internas e externas, vivemos num país com inflação controlada, crescimento econômico, superávit na balança comercial, combate à fome e à pobreza e a volta de nossa presença soberana perante o mundo.

O Produto Interno Bruto do Brasil cresceu 3,4% em 2024, o quinto maior, atrás somente da China, Costa Rica, Rússia e Dinamarca.

O consumo das famílias cresceu 5,5%, impulsionando o PIB.

As vendas no varejo cresceram 12,2% em relação a 2023.

Crescimento da indústria de 3,6% em 2024, maior em 10 anos, com destaque para segmentos de alta tecnologia, crescendo 5%.

Já foram anunciados R\$ 2,2 trilhões de investimentos privados em setores como construção, energias renováveis, agroindústria, automotivo, papel e celulose, tecnologia da informação e comunicação, aço e saúde.

Depois de 40 anos, foi aprovada a Reforma Tributária, simplificando o sistema, estimulando investimentos e exportações.

O ano de 2024 terminou com 103.9 milhões de pessoas ocupadas, recorde histórico.

De janeiro de 2023 a dezembro de 2024, foram criados 3,7 milhões de empregos com carteira assinada.

O desemprego em 2024 ficou em 6,1%, a menor taxa da história.

O salário mínimo em 2025 passou a R\$ 1.518,00 um aumento de R\$ 106 em relação a 2024.

A renda média do trabalho cresceu 3,9% (até outubro) para R\$ 3.255 e a massa de rendimento real foi novo recorde: R\$ 332,7 bilhões.

A taxa de pobreza caiu para a mínima histórica: 27,4%. A parcela de brasileiros em situação de miséria caiu para 4,4%, menor na história.

Mais de 24 milhões de pessoas deixaram o Mapa da Fome desde 2023, resultado da conjugação de programas federais como Bolsa Família, Programa de Aquisição de Alimentos e Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Inflação acumulou 4,71% em 2024. O melhor resultado nos últimos 4 anos, abaixo das previsões do "mercado".

Presidente Lula anunciou que vai zerar alíquotas de importação de carne, café e azeite para baixar os preços desses alimentos.

O Programa Minha Casa, Minha Vida contratou 1,2 milhão de novas habitações e garantiu a retomada de mais de 44 mil obras que estavam paralisadas.

Foram criadas um milhão de novas vagas em Tempo Integral.

4 milhões de estudantes são beneficiados pelo Programa Pé-de-Meia, que paga uma bolsa mensal para que o estudante do ensino médio permaneça na escola.

Foram criadas um milhão de vagas no ensino integral, somente em 2024.

O Programa Mais Professores beneficiará 50 milhões de professores e estudantes de licenciatura, com bolsas, formação e valorização.

O MEC lançou o Guia de Recomendações Curriculares e Pedagógicas do Programa Escola das Adolescências e Clube de Letramento Matemático, para apoiar os estudantes no aprendizado da matemática, desenvolvendo a autoconfiança e o desejo de aprender cada vez mais.

O Programa Mais Médicos foi retomado e congrega mais de 26,9 mil profissionais em todo o país.

O Programa Farmácia Popular tem gratuidade total em 41 medicamentos e itens como fraldas geriátricas, beneficiando 1 milhão de pessoas anualmente.

A vacinação voltou a ser referência e o Brasil deixou a lista dos 20 países com mais crianças não vacinadas no mundo.

O país teve o maior plano safra da história em 2024. R\$ 618 bilhões em crédito rural destinados ao custeio, comercialização, investimento e industrialização desde 2023.

O país registrou a maior redução de desmatamento na Amazônia em 15 anos.

Foram destinados R\$ 110 bilhões em crédito para investimentos na agricultura familiar desde 2023.

O Programa Bolsa Atleta teve o recorde de 9.075 beneficiários, a partir de um investimento de R\$ 155 milhões.

A sanção da Lei do Combustível do Futuro prevê investimentos de R\$ 260 bilhões para o país e a projeção de evitar a emissão de mais de 705 milhões de toneladas de gás carbônico (CO2) até 2037.

Déficit primário estimado de R\$ 55,4 bilhões para 2024 (redução de 2,1% para 0,5% do PIB em relação a 2023). Teríamos superávit se não houvesse gastos de R\$ 60 bi com desoneração da folha e Perse, criados pelo Congresso. Lembrando que Bolsonaro deixou um rombo fiscal de R\$ 800 bilhões em 4 anos, sem jamais cumprir o Teto de Gastos.

PRESTAÇÃO DE CONTAS



 [professorabebeloficial](#)
 [professorabebel](#)
 [professorabebel.com.br](#)



**Acesse nossas redes
pelo qr-code**